



FACULDADE DE TEOLOGIA INTEGRADA – FATIN

LUCIANA FERREIRA PIRES

**O ENSINO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA EDUCAÇÃO
ATUAL**

Igarassu – PE

2021

LUCIANA FERREIRA PIRES

**O ENSINO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA EDUCAÇÃO
ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
aprovação no Curso de Licenciatura em
Pedagogia pela Faculdade de Teologia
Integrada – FATIN.

Orientadora: Prof.^a Karine Jamille R. M.
Nascimento

Igarassu - PE

2021

LUCIANA FERREIRA PIRES

**O ENSINO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA EDUCAÇÃO
ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
aprovação no Curso de Licenciatura em
Pedagogia pela Faculdade de Teologia
Integrada – FATIN.

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador – Christiane Joyce R. M. Alves

2º Examinador - Hildeberto Alves da S. Junior

3º Examinador – Karine Jamille R. M. Nascimento

Data de Aprovação: ____/____/_____.

Igarassu - PE

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado saúde psíquica e física para chegar até o final do curso de Pedagogia, não permitindo que eu fraquejasse ou desistisse.

Agradeço a minha mãe, ao meu pai (*in memoriam*) e aos meus filhos pelo incentivo que sempre demonstraram para que eu realizasse o sonho da graduação, em especial ao meu saudoso pai que sempre sonhou em ter a única filha formada no ensino superior, visto que ele só estudou até a 4ª série do então ginásio.

Aos meus irmãos e amigos, em especial a Wedma Cavalcanti dos Santos França, por sempre me apoiarem e acreditarem no meu potencial.

A instituição FATIN pela acolhida que recebi tão logo ingressei para fazer parte da então primeira turma de Pedagogia da casa.

Enfim, aos meus mestres que nunca deixaram de acreditar, incentivar e se comprometerem com a minha formação, sempre assíduos e dedicados, foram peças fundamentais para esta realização.

DEDICATÓRIA

Dedico o presente TCC aos meus mestres de maneira geral, mas em especial a professora Karine Jamille por seu amor, paciência, dedicação e benevolência.

EPÍGRAFE

“Mas o planejamento só é ético quando visa um crescimento que possa se traduzir em melhor qualidade da vida coletiva, um cenário melhor para a vida de todos, e só é democrático quando procura incorporar todos os envolvidos no processo de planejar” (CARAMEZ).

“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra” (2 TIMÓTEO 3:16,17).

RESUMO

O ensino a distância é sem dúvida um dos grandes pilares da modernidade para a humanidade e a internet é hoje a ferramenta mais atuante para que esse modelo de ensino chegue ao alcance de grandes partes dos estudantes. Contudo, ela ainda não está ao alcance de todos, muitos ainda se enquadram no grupo da nova classe social, a desigualdade digital, estando estes desprovidos de recursos tecnológico e financeiro para se enquadrarem neste campo que sem sombra de dúvidas veio pra ficar. A grande difusora do ensino a distância do mundo moderno é a internet, que surge para agregar dimensões em vários setores e na educação não é diferente, todavia, ela não veio com o propósito de substituir a escola e sim, fazer parte dela. Neste contexto a pedagogia e a tecnologia andam de mãos dadas, os professores devem ter um preparo para assumir o papel de facilitador educacional a frente deste modelo de educação as capacitações são fundamentais neste contexto, sem elas, os professores possivelmente ficarão na contra mão das atualidades educacionais. A pandemia do novo coronavírus chegou de maneira avassaladora para todo o planeta, desta forma o ensino a distância se fez não apenas fundamental, mas imprescindível na vida acadêmica de bilhões de crianças, jovens e adultos em todo o mundo. É preciso que as escolas estejam preparadas tecnologicamente e humanamente para a garantia de uma educação de qualidade para o seu público alvo, a final esse é um direito garantido pelo Estado, por meios das suas leis.

Palavras-chaves: Ensino a distância. Internet. Educação. Tecnologia. Estado.

ABSTRACT

Distance learning is without a doubt one of the great pillars of modernity for humanity and the internet is today the most active tool for this teaching model to reach most students. However, it is not yet within everyone's reach, many still fall within the group of the new social class, digital inequality, and they lack the technological and financial resources to fit into this field that without a shadow of a doubt is here to stay. The great diffuser of distance learning in the modern world is the internet, which appears to add dimensions in various sectors and in education it is no different, however it did not come with the purpose of replacing the school, but being part of it. In this context, pedagogy and technology go hand in hand, teachers must be prepared to assume the role of educational facilitator in front of this education model. educational. The new coronavirus pandemic has reached the entire planet in an overwhelming way, thus distance learning has become not only fundamental, but essential in the academic life of billions of children, young people and adults around the world. It is necessary that schools are technologically and humanely prepared to guarantee a quality education for their target audience, in the end this is a right guaranteed by the State, through its laws.

Keywords: Distance learning. Internet. Education. Technology. State.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O ENSINO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA EDUCAÇÃO ATUAL	11
2.1 A LEGISLAÇÃO DO ENSINO EaD	11
2.2 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	13
2.3 CONHECENDO O ENSINO EaD	16
3 A INTERNET COMO FERRAMENTA NA EDUCAÇÃO	21
3.1 AS TECNOLOGIAS UTILIZADAS NO EaD	23
3.1 CARACTERÍSTICAS DO ENSINO EaD.....	26
4 METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	30
4.1 O EaD NO BRASIL	31
4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA O EaD	33
5 A PROPAGAÇÃO DO EaD EM TEMPOS DE PANDEMIA	35
5.1 PANDEMIA DO COVID-19.....	35
5.2 O ENSINO EaD NA PANDEMIA	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

Diante da globalização, o campo da educação precisou se atualizar e com isso, diversos avanços relacionados aos métodos de ensino e aprendizagem se reformularam. A atualidade impôs a necessidade do aprimoramento na qualidade do ensino e com isso, algumas mudanças no sistema foram surgindo (FARIAS, 2013).

Nesse cenário, além do sistema tradicional presencial de ensino, surgiu o sistema de Educação a Distância, conhecido como EaD, que se caracteriza como sistema de ensino-aprendizagem onde as aulas são ministradas fora do ambiente físico das instituições tradicionais. No sistema de ensino EaD as aulas realizadas proporcionam um acompanhamento pedagógico diferenciado, onde professor e aluno realizam seus encontros em ambientes físicos totalmente diferente (RIBEIRO, 2011)

Farias (2013), destaca que em virtude desse novo sistema de ensino, visando auxiliar o aluno, surgiu o profissional tutor presencial, podendo atuar também a distância, que dentre as suas atribuições, desempenha a função de mediar o ensino entre professores e alunos.

Silva (et al., 2015), aponta que o EaD se caracteriza como sendo uma possibilidade para uma gama de cursos que permite atender uma diversidade maior de pessoas, dos mais variados níveis de conhecimento e poder econômico, permitindo atender a sociedade moderna, para que seja possível a capacitação e qualificação de indivíduos, distribuídos em cursos de graduação de modo mais acessível:

De acordo com o Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB). Denomina-se educação à distância a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Silva e Carvalho (2021, p.11) relatam em seu estudo que o EaD se disseminou ainda mais nos últimos dois anos, com isso, a utilização de ferramentas das tecnologias, como a internet, se mostra como peça fundamental para o ensino-aprendizagem. Os autores apontam que “o desenvolvimento da educação a distância aconteceu por meio de gerações, conforme as necessidades de ensino e

as inovações tecnológicas e de comunicação de cada época”. Esse discurso, demonstra na prática como o EaD cresceu e se reformulou ao longo dos anos.

Atualmente as instituições precisaram se reinventar e proporcionar um ensino de qualidade para seus alunos, principalmente diante do contexto pós-pandemia, sendo assim, o EAD passou a ser parte do contexto dos estudantes brasileiros, o que denota a importância dessa ferramenta pedagógica. Nesse sentido, o estudo justifica-se pela necessidade em analisar como o ensino a distância tem se proliferando a cada dia e como o uso das tecnologias a exemplo da internet, tem sido peça fundamental à essa prática de ensino.

Diante desse contexto, foi realizado um estudo do tipo revisão narrativa da literatura, por meio de um levantamento bibliográfico acerca do ensino a distância como ferramenta da educação. E para tal, o estudo tem como objetivo analisar sobre o ensino a distância como ferramenta da educação e apontar a importância da como ferramenta pedagógica.

2. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.1. O SISTEMA DE ENSINO EaD

A atualidade vem promovendo uma nova exigência no processo de ensino-aprendizagem, diante do novo cenário vivenciado pela população mundial. Em virtude disso, o campo da educação precisou se reinventar e enfrenta diversas modificações, onde nota-se que o EaD se faz cada vez mais presente na vida da população, em todas as faixas etárias e níveis de educação. Assim, destaca-se que a necessidade de um maior aprofundamento do ensino a distância para que se promova cada vez mais a qualidade da educação (ABREU; PORDEUS; SILVA, 2021).

O ensino a distância é uma modalidade de ensino que cada vez mais se faz presente na sociedade e cada vez mais passa por adaptações para que seja possível a sua adequação a realidade dos alunos promovendo uma maior formação. Diante do decreto de Lei Nº 5.622, datado de 19 de dezembro de 2005, a modalidade de ensino EaD se caracteriza como sendo uma prática voltada para mediação da didática-pedagógica a partir dos processos de ensino-aprendizagem que ocorrem com a utilização de ferramentas das tecnologias de informação e comunicação. Percebe-se que não se trata de uma forma facilitada de conseguir títulos, muito menos de formação de baixa qualidade, mais sim de um sistema que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos (BISSOLOTTI; NOGUEIRA; PEREIRA, 2014).

De acordo com Fernandes (et al., 2018), a educação a distância é uma ferramenta que faz parte do processo de evolução da sociedade, que teve seu início a partir do século XX, com a separação do espaço físico entre profissional da educação e aluno, por meios dos processos de comunicação, incluindo, com o avanço das tecnologias da informação (PIRES; ARSAND, 2017). A tecnologia tem se tornado um forte aliado para que o ensino a distância se propague a cada dia. O conceito de EaD reflete que este trata-se de uma modalidade que permite que o ensino venha atingir um número significativo de indivíduos de modo a romper com a forma tradicional do ensino (BOKUMS; MAIA, 2018).

A educação a distância se destaca a partir de contradições que envolvem teorias e práticas, surgindo após a revolução russa, ainda nos anos de 1920, com o

objetivo de suprir as carências da escola formal que, por ter sido até então elitista, atingia um número restrito de pessoas (SILVA; FIGUEIREDO, 2012).

Para compreender a educação a distância, é necessário compreender os seus aspectos históricos que envolvem a sua origem, perpassando até os dias atuais. Os primeiros achados que menciona a modalidade de ensino EaD datam do século XVIII, quando um curso por correspondência foi oferecido por uma instituição de Boston (EUA). A partir de então, é possível estabelecermos uma cronologia da evolução da EaD no mundo. Percebe-se segundo informações do autor que, o ensino a distância teve seus prenúncios iniciais através de cursos estabelecidos por folhetos, onde o interessado estudava por correspondências (SILVA; CARVALHO, 2021).

No Brasil, o desenvolvimento da EaD tem seu início no século XX, em decorrência do iminente processo de industrialização cuja trajetória gerou uma demanda por políticas educacionais que formassem o trabalhador para a ocupação industrial. Dentro desse contexto, a Educação a Distância surge como uma alternativa para atender à demanda, principalmente através de meios radiofônicos, o que permitiria a formação dos trabalhadores do meio rural sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos. (SILVA; CARVALHO, 2021; SARTORI et al., 2017).

O contexto da modalidade de ensino EaD no Brasil, está relacionado a formação de profissionais, envolvendo diversos cursos de graduação do país com objetivo de capacitar pessoas para exercer atividades ou ter o domínio de determinadas habilidades, sempre motivadas por questões de mercado (BEHAR, 2018).

No Brasil, segundo Barros (2003), a educação a distância tem sido marcada por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação, provocados por ausência de políticas públicas para o setor, ou seja, mesmo sem os incentivos por partes dos representantes em nosso país, a EaD tem a cada dia deixado marcas de sucesso.

De acordo com Oliveira (et al., 2020):

A universalização das oportunidades e a preparação para o universo do trabalho. Competem as tendências que o Brasil firma no que se refere a educação a distância, com isso é notável que em toda sua trajetória levando

em consideração o seu processo histórico, o ensino a distância tem sofrido processos de transformações, principalmente no que diz respeito ao preconceito sofrido por essa modalidade.

No cenário atual, tem sido uma tarefa um pouco difícil definir a EaD, levando em consideração que a mesma tem se tornado uma prática que, vem se modificando mediante as exigências que o meio educacional e profissional diante do cenário atual em contexto de pandemia, o conceito do EaD passou e passará constantemente por diversas modificações, em virtude de se buscar manter uma atualização constante que permita atender as demandas impostas pela sociedade (VIEIRA; LEAL, 2021).

2.2. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O ensino a distância no Brasil é regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), a partir da Lei N° 9.394, datada de 20 de dezembro de 1996, que garante que a educação a distância deve ser oferecida em todos os níveis e modalidades de ensino, desde que sejam assegurados aos alunos, condições para que seja mantida a qualidade do ensino.

Posteriormente, foi elaborado o decreto N° 5.622, onde se estabeleceu a política nacional que visa garantir diferentes modalidades da Educação a Distância, visando o credenciamento das instituições, a supervisão, o acompanhamento e a avaliação, de acordo com padrões voltados para a qualidade do ensino definidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Nesse contexto, o decreto do MEC (2007) estabelece que:

- a) A caracterização de EaD visando instruir os sistemas de ensino;
- b) O estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes e relação às avaliações feitas à distância;
- c) Maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos polos descentralizados de atendimento ao estudante;
- d) Mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- e) Permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão

- compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes;
- f) Previsão do atendimento de pessoa com deficiência;
- g) Institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade para a educação à distância.

Destaca-se que existem diversos critérios definidos pelo MEC para que uma instituição possua a capacidade de oferecer cursos à distância e esses critérios, de acordo com o Ministério, possuem uma determinada complexidade que envolve essa modalidade de ensino, estabelecendo diretrizes e modelos que sirvam de referências para se promover a qualidade do ensino, por meio de projetos de cursos EaD que envolve características pedagógicas, recursos humanos e infraestrutura para as instituições (MEC, 2007).

Ainda de acordo com o MEC (2007, p.8), essas diretrizes estão estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico para cursos na modalidade à distância onde se definem:

- (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- (ii) Sistemas de Comunicação;
- (iii) Material didático;
- (iv) Avaliação;
- (v) Equipe multidisciplinar;
- (vi) Infraestrutura de apoio;
- (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
- (viii) Sustentabilidade financeira.

Neste caso, percebe-se que as instituições devem cumprir requisitos básicos fundamentais para que seja ofertada uma educação de qualidade ao estudante, porém, nem sempre essas exigências são atendidas e isso faz com que em alguns casos, determinadas instituições percam sua autorização funcional.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ação proposital com comprometimento que se caracterizam pelo coletivo, diante de discussões na Unidade Escolar em atividade, visando possibilidades cabíveis, sendo um instrumento que repense a proposta educacional da instituição. Acerca dessa definição, Santos (2017, p.3) afirma que:

Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e o que é essencial,

participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve viabilizar aos elementos da instituição de ensino, uma tomada de consciência a respeito da educação e dos métodos de aprendizagem, provocando as responsabilidades de todos para com essa atividade. Isso se tornaria uma realidade quando for possível compreender que a gestão democrática favorece o rendimento em conjunto, em que todos juntos elaboram princípios como autonomia dos sujeitos, participação, descentralização do poder, além de outras questões importantes como socialização das informações elaboradas, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com o trabalho desenvolvido na escola (SANTOS, 2017).

Um dos métodos de se aplicar a gestão democrática é possibilitando a escola, a oportunidade de participação na estruturação de um PPP, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996: “Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Sabe-se que a instituição de ensino é uma conquista da humanidade, um ambiente que propicia à educação, a socialização, a disseminação da cultura humana e o que a caracteriza se traduz no seu projeto político-pedagógico (PEREIRA, 2014).

Para atingir seu intuito, que é garantir uma educação de qualidade aos alunos, envolvendo um conjunto de aspectos culturais, afetivos, cognitivos, sociais e históricos, a escola necessita fazer diagnósticos de sua realidade, estabelecer metas, traçar rotas e definir estratégias (ALMEIDA, 2014).

Toda instituição de ensino possui objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado PPP que se estabelece como um projeto que reúne ideias e estratégias a serem aplicadas em um espaço de tempo. É importante considerar a instituição como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir, e por isso se torna político. Além de ter um caráter que define e organiza as atividades e os

projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem, partindo assim a ser pedagógico (ALMEIDA, 2014).

Através do PPP é possível estabelecer possibilidades para aprimorar a qualidade do ensino. Buscar esse aprimoramento deve ter o empenho de todos os membros da instituição de ensino. E deve ser um compromisso, que busque prioritariamente a formação do cidadão capaz de envolver-se nas causas em favor da melhoria da qualidade de vida de sua comunidade, seu bairro e sua cidade (ALMEIDA, 2014).

2.3. CONHECENDO O ENSINO EaD

De acordo com Torres (2013):

No final da década de 1990 ocorreram mudança no campo das políticas públicas voltadas para a educação relacionadas a inserção de um novo modelo de ensino, metodologias, ferramentas e técnicas nas escolas públicas e privadas no Brasil, notadamente no que concerne a Educação a Distância, e, nessa conjuntura, essa modalidade de ensino tornou-se tema recorrente (p. 121).

Em 09 de maio de 2006 foi promulgado o Decreto n. 5.773 que normatizou o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Em 12 de dezembro de 2007 por meio do Decreto n. 6.303 alterou dispositivos dos Decretos nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (BRASIL, 2013).

Já a Lei de Diretrizes Bases da Educação no artigo 80 aborda questões como: credenciamento de instituições, requisitos para a realização de exames e registro de diplomas. Essa abordagem foi possível a partir da promulgação do Decreto nº. 2.494/98, substituído, em 19 de dezembro de 2005, pelo Decreto nº. 5.622, sobre o EaD destaca que como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e

tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, p. 01).

Após a regulamentação e caracterização do EaD faz-se indispensável descrevê-la sobre a ótica de estudiosos do campo educacional que apresentam diversos conceitos, a saber:

Para Moran (2007), é difícil delimitar e conceituar a Educação a Distância, uma vez que ela acontece dentro e fora de recursos presenciais, utiliza as tecnologias de comunicação instantânea e outros meios de comunicação, do correio a televisão. Porém afirma que a mesma é muito mais que educação on-line, e exemplifica dizendo que um curso por correspondência é a distância, enquanto que cursos exclusivos por meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência, são essencialmente considerados como educação on-line, tendo em vista que é totalmente virtual.

O ensino EaD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que supre o intercâmbio pessoal, na sala de aula, de professor e estudante, como elemento preferencial de ensino, pela ação metódica e unida de múltiplos recursos didáticos e pela adesão de uma organização e tutoria que asseguram a aprendizagem autônoma e flexível dos estudantes (ARETIO, 1994).

Bonfim (2006) afirma que:

Do ponto de vista epistemológico, a palavra Teleducação ou “Educação a Distância” vem do grego tele (longe, ao longe), e pode ser avaliada como o procedimento de ensino- aprendizagem intercedido por tecnologias, onde professores e alunos ficam “apartados” espacial e/ou temporalmente. Pode abranger atividades presenciais e outros andamentos de “contatos” conjuntos, contudo, atrelados ou intermediados pelo meio de soluções tecnológicas (BONFIM, 2006).

Qualquer que seja o conceito aplicado a EaD é inquestionável a presença de elementos indispensáveis à sua constituição, para tanto, faz-se imprescindível à presença não só de tecnologias midiáticas, porém, de diversos atores, quais sejam: tutoria, monitoria, professor e estudante (BONFIM, 2006).

As atribuições dos envolvidos no EaD são:

1) A tutoria que é muito importante para o efetivo desempenho do aluno que estuda virtualmente, pois o tutor é o profissional responsável pela mediação

do conhecimento e precisa exercer funções pedagógicas, técnica, gerencial e social; A monitoria que não é tão presente na EaD, pois geralmente o tutor assume essa função. Mas tem como função monitorar o andamento da turma. Embora o tutor possa assumir a monitoria, o inverso não é possível, uma vez que a tutoria envolve-se com o conteúdo, com a instituição, com o estudante e com o professor; O professor que é o profissional responsável direto pelo planejamento pedagógico e conteúdos aplicados e oferecidos ao estudante virtual, além de liberar a sala virtual, apontar os parâmetros para avaliação e responder pela condução da turma perante a instituição formadora e órgão de controle pedagógico (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, o EaD está legalizado, conceituado e vem crescendo cada vez mais nos últimos anos, principalmente no ensino superior e o Brasil passou a desenvolver projetos e programas promovendo um avanço significativo que pode ser explicado por inúmeras razões, como destaca Moran (2006):

O artigo 80 da LDB, que legalizou a educação a distância em todos os níveis, dando a ela segurança jurídica. O que antes não acontecia; A demanda reprimida de milhões de alunos não atendidos, principalmente por dificuldades financeiras; O fato de não haver um modelo tradicional consolidado de EaD, como em outros países, permitiu ao Brasil desenvolver formatos mais flexíveis e adequados para cada situação, com poucos ou muitos alunos, recursos e mídias; A política de democratização do governo federal e de inclusão de muitos alunos pela educação a distância, principalmente com a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB; O brasileiro é aberto à adoção de novas tecnologias (MORAN, 2006, p. 02).

Quando se trata da evolução cronológica da Educação a Distância no Brasil, Gomes (2011, p,44), destacou em seu estudo esse processo a partir da década de 1920:

- 1923/1925 – criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro;
- 1941 – início do Instituto Universal Brasileiro – cursos por correspondência, cursos técnicos para formação profissional básica;
- 1970 – criação do Projeto Minerva, programa de rádio elaborado pelo governo federal com a finalidade de educar pessoas adultas. Era transmitido por rádio em cadeia nacional;
- 1991 – a Fundação Roquete Pinto cria o Programa Um Salto para o Futuro, para a formação continuada de professores do Ensino Fundamental;
- 1995 – o Programa TV Escola é criado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC);
- 1997 – a SEED/MEC desenvolve o PROINFO, Programa Nacional de Informática na Educação;
- 2000 – as primeiras universidades são credenciadas pelo MEC para oferecerem cursos a distância.
- 2000 – criação da UNIREDE – Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne 68 instituições públicas do Brasil;
- 2002 – criação do Projeto Veredas, para a formação de professores das séries iniciais em nível superior, pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais;

- 2005 – criação da Universidade Aberta do Brasil, programa do Ministério da Educação. A UAB é formada por instituições públicas de ensino superior, que se comprometem a levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros;
- 2006 – participação das Instituições de Ensino Federais (IEF's) no Projeto piloto da Universidade Aberta do Brasil;
- 2008 – lançamento do Projeto E-Tec Brasil/Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, parte da política de expansão da educação profissionalizante, por meio da articulação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Para Torres (2009), a primeira geração de Educação a Distância teve cunho educativo por correspondência para fins de profissionalização e supletivo, e, que, por conta disso é vista de forma preconceituosa. A segunda geração caracterizou-se pela utilização de mídias como o rádio, a televisão, fitas de áudio, conferências, telefones e outros. A terceira geração pautou-se pelo uso de ambientes virtuais de aprendizagens interativos, a internet, a videoconferência, TV Digital, Satélites e outros. A quarta e a quinta geração surgem no panorama mundial experimentalmente com a utilização de inteligência artificial e realidade virtual, sendo que na quarta geração interage-se diretamente com a máquina que administra a aprendizagem, enquanto que na quinta geração a aprendizagem sucede por meio de imersão em ambientes com realidade virtual (TORRES, 2003).

Gomes (2011, p. 3791) aponta ainda sobre a evolução do EaD e suas gerações, conforme disposto no quadro 1:

Quadro 1 – Evolução do ensino EaD

1ª geração	Utilização do material impresso e a correspondência. Desbravadores Instituto Universal Brasileiro e o Instituto Monitor.
2ª geração	Propagação da educação por meio de rádio e televisão.
3ª geração	Nova modalidade de educação - universidades abertas.
4ª geração	Interação em tempo real a distância, por áudio e videoconferência, transmitidos por telefone. Satélite, cabos e redes de computadores.
5ª geração	Envolve o ensino e aprendizagem on-line em ambientes virtuais baseados em tecnologias da internet.

A expansão da EaD é atribuída em grande parte ao ensino superior, mas já existem escolas de Educação Profissional de ensino médio que oferecem cursos profissionalizantes a distância. Isso se deve ao fato de que em 2011 foi promulgado o Decreto nº 7.589 que instituiu a Rede E-Tec Brasil, na esfera do Ministério da Educação, cuja finalidade é desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País. E, de acordo com o artigo 3º, itens III e IV (BRASIL, 2011, p. 01):

[...] III – permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;
IV – contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos; [...].

Nesse contexto, o ensino EaD tem evoluído paulatinamente no Brasil, conforme Moran (2007), Brasil (2009), Torres (2009) e Van Der Linden e Assis, (2008) que apresentam o desenvolvimento, o detalhadamente das gerações, bem como tecnologias e mídias, por meio do material impresso, correspondência, rádio, televisão, videoconferência, telefone, computadores e internet, que são ferramentas educacionais relacionadas a essa modalidade de ensino.

3. A INTERNET COMO FERRAMENTA NA EDUCAÇÃO

As diversas mudanças promovidas pelas tecnologias promovem uma evolução para a sociedade como um todo, visando elaborar e promover estratégias que possam facilitar a vida da sociedade e destaca-se a comunicação como um dos principais sujeitos ativos envolvidos nesse processo de evolução. Segundo Behrens (2018, p. 99):

A internet é hoje uma ferramenta indispensável no processo de ensino e aprendizagem, pois ela proporciona uma interação efetiva entre professores e alunos, possibilitando assim novas propostas de trabalho". Ou seja, trata-se de uma ferramenta que permite ao indivíduo criar uma ponte entre a unidade de ensino junto ao mundo exterior de modo que venha aumentar assim a comunicação entre a unidade executiva de ensino alunos.

Nesse contexto, a internet inserida no espaço educacional é considerada como uma ferramenta completa e que promove para o ensino e educação um avanço capaz de oferecer novas estratégias de informação onde, no âmbito virtual, possibilita o ensino tornando-se um facilitador do conhecimento. De acordo com Ferreira (2004, p. 261): "A Internet - maior rede de computadores do mundo - é frequentemente descrita como a rede das redes, pois abrange todas as espécies de redes possíveis, tornando se a verdadeira rede global".

Nesse contexto, a internet inserida no campo da educação é capaz de ser uma ferramenta indispensável para o ensino, favorecendo o conhecimento. Ferreira (2004) destaca ainda que:

A Internet é um meio que poderá conduzir a uma crescente homogeneização da cultura de forma geral e é, ainda, um canal de construção do conhecimento a partir da transformação das informações pelos alunos e professores. Notadamente no contexto atual, as modalidades de ensino e aprendizagem tem se proliferado mediante as exigências que a educação tem exigido. Sendo assim o uso da ferramenta internet tem atingido cada vez mais o sistema educacional, e a escola, enquanto instituição social é convocada a atender de modo satisfatório as exigências da modernidade, tornando seus objetivos propícios a esses conhecimentos e desenvolvendo habilidades que fazem parte da conjuntura necessária ao educando, favorecendo assim, o direito de exercer integralmente a sua cidadania, de modo a construir uma relação entre homem, natureza e seu meio sociocultural, formando assim cidadãos ativos, críticos e transformadores.

Assim, a utilização da internet no campo da educação, promove um avanço que torna viável para o educador e o aluno lidarem com diversos aspectos, que são capazes de promover a troca de experiências que permitem ambientes de trabalho colaborativos com indivíduos de todo o mundo.

De acordo com Bokums; Maia, (2018, p. 104):

A Tecnologia de Informação e Comunicação facilita a transmissão de informações, bem como a vida de muitas pessoas, seja no setor do comércio, nas diversas formas de publicidade, no setor de investimentos e especificamente na educação, no processo de ensino-aprendizagem. Sabe-se que atualmente o ensino e a aprendizagem estão cada vez mais ligados ao processo de comunicação onde o que antes era acessório para o desenvolvimento profissional e educacional, hoje se mostra como parte essencial da educação.

Para Abreu; Pordeus; Silva, (2021, p.99):

A Tecnologia de Informação e Comunicação configura-se como elemento norteador da aprendizagem, potencializando a integração entre os sujeitos envolvidos e o conhecimento desejado. De modo que apresenta para a educação a distância avanços positivos, favorecendo assim a criação de ambientes virtuais de aprendizagem que possibilitam discentes e docentes desenvolver a aprendizagem de forma eficaz e contínua.

Assim, destacam-se que a Tecnologia de Informação e Comunicação promoveu para o Ensino a Distância novos contextos que possibilitam a troca de conteúdos por meio das relações sociais e suas mídias, promovendo maior desenvolvimento da educação a distância (SARTORI et al., 2017).

A Tecnologia da Informação e Comunicação desempenha papel muito importante para o ensino-aprendizagem pela forma como a sua comunicação garantiu avanços para o ensino, com ênfase para o Ensino Superior, estabelecendo métodos cada vez mais inovadores, em seus diferentes métodos de aplicação do currículo escolar, adquirindo acesso às informações para a efetivação da aprendizagem. Isso significa que a Tecnologia de Informação e Comunicação permite ao aluno uma preparação cada vez mais qualificada a partir da modalidade de ensino a distância, onde é possível disponibilizar materiais didáticos e arquivos para que os mesmos estudem e se prepare melhor (FERNANDES et al., 2018).

De acordo com Silva; Figueiredo (2012), a Tecnologia de Informação e Comunicação se trata de uma ferramenta que garante a melhora do processo de

ensino-aprendizagem, uma vez que a maioria dos indivíduos que optam pela modalidade de ensino EaD, pela praticidade dessa ferramenta tecnológica. O EaD possui como característica uma estrutura educacional que tem como finalidade promover o conhecimento sem a necessidade da presença física de alunos e professores em um mesmo ambiente. O ensino com o auxílio da internet promove resultados muito positivos na estrutura do ensino-aprendizagem (BOKUMS; MAIA, 2018).

A elaboração das Tecnologias de Informação e Comunicação cada vez mais proporciona um destaque crescente para a modalidade EaD, sendo referência para a ampliação da formação acadêmica em diversos campos do ensino na sociedade. A utilização dessas tecnologias vem sendo aprimorado como ferramenta didática que visa contribuir com as atividades de promoção do conhecimento de educadores, de modo que o ensino se faça de modo criativo e dinâmico (FERNANDES et al., 2018).

3.1. AS TECNOLOGIAS UTILIZADAS NO EaD

As velhas tecnologias surgiram desde a descoberta do fogo, a invenção da roda, a escrita, a prensa móvel, a criação das armas, a expansão marítima, as transformações no processo produtivo. Já as novas tecnologias surgiram a partir do século XX por meio do progresso das telecomunicações, emprego dos computadores, desenvolvimento e incremento da internet, a utilização de Energia Nuclear, Nanotecnologia, Biotecnologia, dentre outras.

O uso das tecnologias na educação, no Brasil data de 1939, momento em que o Instituto Rádio-Monitor as utilizou para o ensino a distância, e, 1941 o Instituto Universal Brasileiro realizou as primeiras experiências educativas com o rádio. Entre tantas experiências com as tecnologias na educação Altoé e Silva (2005, p.?) destacam:

- 1961 – Criação do Movimento de Educação de Base (MEB) composto pelas “escolas radiofônicas”;
- 1969 – As experiências educativas importantes iniciaram-se por meio da Televisão Cultura na TV TUPI, que passou a transmitir o curso Madureza Ginásial. Nessa mesma época, o sistema de Televisão Educativa (TVE) do Maranhão passou a desenvolver atividades educativas de 5ª a 8ª séries;

- 1970 – O Projeto Minerva foi transmitido pela Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura com fins educacionais e culturais para adultos;
- 1974 – O Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) foi desenvolvido, em caráter experimental com a finalidade de usar o satélite doméstico, utilizando o rádio e a televisão como meios de transmissões com fins educacionais, no período de 1967 a 1974;
- 1974 – A Fundação Teleducação do Ceará (FUNTELC), mais conhecida como Televisão Educativa (TVE) do Ceará, começou a desenvolver ensino regular de 5ª a 8ª séries, bem como a produzir e veicular os programas de televisão e a elaborar o material impresso;
- 1978 – O Telecurso 2º grau, implantado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) em parceria com a fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura de São Paulo) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- 1981 – Criação do Telecurso 1º grau, com apoio do MEC e da Universidade de Brasília (UnB);
- 1989 – A Internet foi disponibilizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho de Desenvolvimento Nacional e Tecnológico (CNPq) e criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Nessa época as universidades públicas brasileiras já estavam conectadas à Rede Bitnet graças a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que sustentava um canal direto com os Estados Unidos subsidiado pela própria UFRJ, disponibilizado para todas as universidades públicas do Brasil;
- 1994 – Surgiu a série televisiva do Telecurso 2000 ganhando uma revisão metodológica, sendo a dramaturgia adaptada à educação e foi designado de Ensino e não Educação a Distância;
- 1996 – Nasceu a TV Escola por intermédio do MEC priorizando o uso das novas tecnologias na educação para a formação continuada dos professores.

Ocorreram diversas mudanças no cenário educacional envolvendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e de acordo com Almeida (2009, p. 09), estas são divididas em fases, que são elas:

- **Primeira fase** – em um primeiro momento, o uso de computadores foi fortemente influenciado pelos discípulos de Papert e Piaget, chamados loguistas, que a partir de um universo cartesiano, demasiadamente lógico- matemático, marcaram a época em que os computadores pré-PC, ou os PC com pouca memória e baixo poder de processamento eram utilizados segundo a lógica de interação com a máquina a partir de possibilidades de programação no universo lógico-formal de interação entre aluno/professor, a partir da utilização das interfaces e comandos da linguagem LOGO 7;
- **Segunda fase** – em um segundo momento, com a evolução do poder de processamento dos microcomputadores, entra em cena a concepção skineriana, que se baseia na transferência da visão de máquina de aprender instrucionista para o mundo digital e em rede. Essa perspectiva foi fortalecida a partir dos projetos governamentais para a instalação de microcomputadores em escolas, concretizadas, por exemplo, com a grande utilização de softwares para automação de escritórios e/ou

aplicações específicas que transformavam o micro computador em máquina de ensinar, a partir de uma lógica estímulo/resposta;

- **Terceira fase** - o fortalecimento e a popularização da internet fazem surgir diversos projetos na lógica dos chamados “portais educacionais” que buscam disseminar conteúdos e informações numa perspectiva de produção centralizada e de disseminação em massa, segundo métodos já amplamente difundidos pelos padrões de mídia broad-casting;
- **Fase atual** - como resultado da evolução das tecnologias e práticas comunicacionais para os padrões interativos da chamada web 2.0 9, onde as interfaces e recursos de navegação tornam-se mais simples e intuitivos, transferindo poder de criação e compartilhamento de conteúdos para os usuários, novas possibilidades se abrem, entretanto, ainda devem ser analisadas enquanto potencial, pois são poucas as iniciativas educacionais de apropriação desses recursos numa perspectiva de aproveitar todo o seu potencial. Numa análise mais superficial, podemos dizer que há uma tendência em muitas escolas e redes de ensino de restringir o acesso a esses recursos a partir de justificativas diversas, que vão desde os argumentos relacionados a segurança da informação até a necessidade de resguardar os alunos dos perigos inerentes a tais ambientes.

Desse modo, destaca-se que a incorporação das tecnologias na educação surgiu a partir do século XX, mas na verdade, apresentaram-se desde os primórdios dos tempos, pois a fala também é um recurso tecnológico consoante. Chaves (2006, p.30), complementa que “entre as tecnologias que o ser humano inventou algumas afetaram profundamente a educação, como: a fala baseada em conceitos, a escrita alfabética, a imprensa, e sem dúvida alguma o conjunto de tecnologia eletrônica”.

As chamadas tecnologias da inteligência, construções internalizadas nos espaços da memória das pessoas que foram criadas pelos homens para avançar no conhecimento e aprender mais. A linguagem oral, a escrita e a linguagem digital (dos computadores) são exemplos paradigmáticos desse tipo de tecnologia. Articuladas às tecnologias da inteligência, temos as “tecnologias de comunicação e informação”, que, por meio de seus suportes (mídias ou meios de comunicação, como o jornal, o rádio, a televisão) realizam o acesso, a veiculação das informações e todas as demais formas de articulação comunicativa em todo o mundo (LÉVY, 1993 apud KENSKI, 2005, p.93).

3.2. CARACTERÍSTICAS DO ENSINO EaD

A modalidade de ensino a distância traz para a sua aplicação, as teorias de uma pedagogia voltada para o aluno, contribuindo de modo mais aprimorado para a educação a distância de adultos em virtude de serem indivíduos autônomos. A partir disso, Fernandes (et al., 2018) aponta para um modelo de ensino como esse, que

em contrapartida ao modelo pedagógico elaborado para a educação infantil, é elaborado para a educação de adultos, destacando que:

Os adultos são motivados a aprender quando possuem necessidades e interesses que a aprendizagem satisfará; A orientação de adultos para a aprendizagem é centrada na vida, nas situações reais; Experiência é o recurso mais rico para a aprendizagem de adultos, então a metodologia básica da educação de adultos é a análise da experiência; Os adultos têm uma grande necessidade de serem auto dirigidos, então o papel do professor é engajar-se em um processo de mútua investigação em lugar de transmitir o seu conhecimento e então avaliar a adequação deles em relação ao processo; As diferenças individuais entre as pessoas aumentam com a idade, portanto, a educação de adultos deve considerar as diferenças de estilo, tempo, local e ritmo de aprendizagem.

Nesse contexto, Silva; Figueiredo (2012) apontam que o objetivo da educação a distância promovida para o ensino de adultos está voltado para o seu autodesenvolvimento, em que se acredita que seja capaz de assumir a responsabilidade de sua própria aprendizagem. Os autores destacam que o ensino-aprendizagem desse público é voltado para necessidades específicas dos alunos, prevendo que a atuação do educador está mais centrada no papel de facilitador.

Bissolotti; Nogueira; Pereira (2014, p. 5), estabelecem cerca de sete princípios para o processo de ensino-aprendizagem na modalidade EAD voltada para o aluno:

O aluno tem a responsabilidade pela sua própria aprendizagem; os conteúdos devem ter relevância e sentido para ele; a participação e o envolvimento são necessários para que ocorra a aprendizagem; o relacionamento entre alunos e facilitadores é apenas um recurso; o estudante vê-se de forma diferente em virtude do resultado da sua experiência de aprendizagem; as experiências de aprendizagem são convergentes; e os domínios afetivos e cognitivos caminham junto. O foco está naquilo que os alunos obtêm com a aprendizagem, mais do que nos fatores que fazem com que a aprendizagem seja considerada interessante.

Quadro 2 – A sala de aula antes e depois da internet

	Na educação tradicional	Com a nova tecnologia
O professor	um especialista	um facilitador
O aluno	um receptor passivo	um colaborador ativo
A ênfase educacional	memorização de fatos	pensamento crítico
A avaliação	do que foi retido	da interpretação
O método de ensino	repetição	interação
O acesso ao conhecimento	limitado ao conteúdo	sem limites

Fonte: Silva e Figueiredo (2012, p.12)

A principal característica da modalidade de ensino EaD é o método adotado para a comunicação, entretanto, algumas características definidoras desse processo são importantes para que se possa caracterizar a modalidade de ensino, como destaca Fernandes (et al., 2018):

O curso a distância é normalmente pré-produzido e impresso, podendo ser apresentado por fitas de áudio ou vídeo, programas de rádio ou televisão ou os jogos experimentais. O curso deve ser auto instrutivo. Presença de uma comunicação organizada de ida e volta entre os alunos e a organização de apoio, sendo a palavra escrita o meio normalmente utilizado, sendo também observado aumento do uso do telefone. Estudo individual, servindo expressamente ao aluno isolado. Forma de comunicação massiva, pois, o curso é facilmente utilizado por um grande número de alunos a um baixo custo. Aplicação de métodos do trabalho industrial, como planejamento, procedimentos de racionalização (divisão de trabalho, mecanização, automatização, controle e verificação). Comunicação pessoal, em forma de diálogo, com conversação didática guiada.

A Internet possui inúmeros recursos capazes de promover o ensino à distância, que pode se estabelecer a partir de videoconferências ou outras adaptações tecnológicas existentes na atualidade, podendo se fazer por meio de comunicação direta como e-mails, chats e outras abordagens (BOKUMS; MAIA, 2018).

O estudo de Torres (2003, p. 21) aponta ainda que existem algumas características que são capazes de definir a modalidade de ensino EaD, sendo elas:

Separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino face a face. Influência da organização educacional distinta. Utilização de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos. Comunicação bilateral, em que o estudante se beneficia de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via. Ensino individualizado, raramente realizado em grupos, com a possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização. Participação de uma forma industrializada de educação, baseada na consideração de um modelo que se serve da divisão do trabalho, mecanização, automação, aplicação de princípios organizativos, controle científico, objetividade de ensino, produção massiva, concentração e centralização.

O surgimento da Tecnologia de Informação e Comunicação estabeleceu um aprimoramento das estratégias do EaD em virtude da flexibilização do tempo, que permite o envio e recebimento instantâneo de materiais promovendo uma variação da forma tradicional de propagação de conhecimento. A utilização dessas tecnologias é capaz de promover um suporte favorável para o EaD, sendo capaz de inserir técnicas e conteúdo que estimula ao aluno a disposição para aprender, sendo disponibilizado para o discente, informações de modo organizado que possam ser acessados no momento mais adequado para ele (FERNANDES et al., 2018).

O ensino EaD trata-se assim, de uma modalidade de ensino capaz de promover ao aluno conhecimento que se adeque ao seu tempo disponível para o estudo, estabelecendo assim uma autonomia diferente da sala de aula convencional, que possui horário definido, sendo capaz de propagar para o aluno atividades do curso que ele possa desenvolver no momento mais oportuno, desde que respeite o cronograma do curso (BEHAR, 2018).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996, a EaD está contemplada e são consideradas pelo menos duas questões importantes:

a) o acesso da população às tecnologias emergentes; b) a possibilidade de redução de custos e atendimento a uma parcela significativa da população normalmente desassistida. Como fator de expansão da educação superior no Brasil, a EaD também está contemplada no artigo 80 (LDBEN). Para tanto, o poder público incentiva o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada, incluindo a difusão por meio das tecnologias de informação e comunicação.

Para Moran (2000), a utilização das tecnologias colabora com os processos educativos de várias maneiras. Segundo o autor, o aluno aumenta as conexões linguísticas, geográficas e interpessoais, desenvolve o aprendizado cooperativo, a pesquisa em grupo, a troca de resultado; desenvolve a intuição, a flexibilidade mental e a adaptação a ritmos diferentes.

4. METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância, com o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação como instrumento mediador, traz subsídios sobre o uso das tecnologias como recurso ativo no processo de ensino e de aprendizagem. Com as tecnologias disponíveis, particularmente a Internet, é possível ensinar de maneira presencial e a distância. Tais tecnologias contribuem para criar ambientes de aprendizagem ricos em possibilidades, por meio dos quais as pessoas interessadas e motivadas podem aprender uma diversidade de assuntos, para além da modalidade convencional de ensino (GROSSI; KOBAYASHI, 2013).

Para compreender a Educação a Distância, Farias, (2013, p. 4) como:

[...] o processo de ensino e aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Salienta, ainda, que é mais conveniente sua aplicação para educação de adultos, por terem mais consolidado a aprendizagem individual de pesquisa.

Entende-se que não se pode pensar em avanços sociais significativos sem que haja acesso às tecnologias e é a educação online que vai favorecer a reapropriação das mídias por um contingente cada vez maior de sujeitos, que se tornarão capazes de atribuir-lhes novos significados com a transformação de sua visão de mundo. Silva; Carvalho, (2021, p.16) aponta que:

As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar nessa era pós-mídia, caracterizada por uma apropriação e uma re-singularização da utilização da mídia.

As mudanças no processo econômico, no mercado de trabalho, na cultura mediatizada e globalizada requerem transformações nos sistemas educacionais. A sociedade exige indivíduos com competências múltiplas, capazes de aprender a aprender e de adaptar-se a situações que desenvolvam capacidades de autogestão, adaptabilidade, flexibilidade, autonomia e independência (BISSOLOTTI; NOGUEIRA; PEREIRA, 2014). Na medida em que novas exigências se impõem no cenário da vida social, a educação procura adequar-se a esse novo tempo e à sociedade por meio de uma possibilidade, o EaD minimiza a necessidade de

deslocamento físico, tanto dos participantes, quanto dos formadores (SILVA; FIGUEIREDO, 2012).

O EaD se apresenta como uma forma viável de interação eficaz, que proporciona discussões de valor pedagógico e relevância para os conteúdos abordados, exigindo aptidões de mediação (OLIVEIRA et al., 2020).

4.1. O EaD NO BRASIL

Em 1923 os programas educativos se multiplicavam e repercutiam não só no Brasil, como em diversos países do continente americano. Nessa época foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cuja principal função era possibilitar a educação popular por meio de um moderno sistema de propagação de cursos (PIRES; ARSAND, 2017).

Araújo, (2014, p. 738) aponta que:

A educação via rádio foi o segundo meio de transmissão a distância do saber, apenas precedida pela correspondência. Pesquisas realizadas em diversas fontes mostram que, pouco antes de 1900, já existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo cursos profissionalizantes por correspondência. Como exemplo, estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE), com base em elementos disponíveis da época, mostram o Jornal do Brasil na oferta de cursos profissionalizantes. Nas décadas de 1960 e 1970, a televisão para fins educacionais foi usada de maneira positiva em sua fase inicial. Ainda nos anos de 1970, os computadores, por meio das universidades, chegaram ao Brasil no campo da educação.

Ainda de acordo com Araújo (2014, p. 739):

A história da EaD no Brasil pode ser dividida em três momentos: inicial, intermediário e outro mais moderno. Na fase inicial, os aspectos positivos ficam por conta das escolas internacionais (1904) que representam o ponto de partida de tudo, seguindo-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923) [...] No campo da educação superior, a UnB (1973) constituiu-se em uma base para programas de projeção, era a fase intermediária. Já na fase mais moderna, vale registrar as três organizações que influenciaram de maneira decisiva a história: a ABT – Associação Brasileira de Telecomunicação, o Ipae – Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação e a Abed – Associação Brasileira de Educação a Distância. [...] Coube ao Ipae influenciar decisivamente a reflexão sobre a importância da EaD no mundo e no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 foi a primeira legislação a discutir sobre essa modalidade de ensino. Já a LDB de 1996, o EAD passou a ser possível em todos os níveis de ensino: possibilitou o funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação, educação básica, educação de jovens e adultos e educação especial. A portaria do MEC Nº 4.059/2004, passou a admitir a adoção parcial do EaD em no máximo 20% da carga horária total do curso, nos currículos dos cursos presenciais de graduação (BEHAR, 2018).

O EaD é uma realidade das políticas públicas contemporâneas no Brasil, desde a sua definição até a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. A UAB oferece cursos a distância de extensão, capacitação, graduação e pós-graduação para todo o Brasil, e uma de suas prioridades é a formação de professores de educação básica que atuam no sistema público de ensino (SALLES, 2013).

O artigo 80 da LDB, regulamentado pelo Decreto nº 5.622 de 20 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União, trata especificamente da Educação a Distância: O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 2005).

O Brasil ocupa uma posição única por ter em seu Ministério da Educação um departamento especial, denominado Secretaria de Educação a Distância, estruturada em 2007 e extinta em 2011, foi responsável pelo desenvolvimento e implantação de cursos para professores na modalidade EaD.

Behar, (2018) aponta ainda que:

As instituições a distância ministram 1.752 cursos. Os de especialização formam o maior grupo isolado (37% de todos os cursos), seguido pelos de graduação (26,5%), ou então por um grupo que pode ser composto pelos cursos de graduação mais os tecnólogos ou de complementação pedagógica, que ainda assim ficam com 34,6%, mantendo a superioridade numérica dos cursos de especialização.

Para amenizar os prejuízos causados pela pandemia do novo coronavírus, o MEC autorizou a substituição de disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação em cursos que estão em andamento (VIEIRA; LEAL, 2021).

4.2. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA O EaD

A formação continuada de professores é uma aprendizagem que visa favorecer dinâmicas de aprofundamento do conhecimento, necessárias para o exercício da profissão docente, e promover intervenções inovadoras no âmbito profissional dos professores em geral. Por sua importância, deve-se refletir sobre as práticas pedagógicas inovadoras para o desenvolvimento profissional, tanto da educação, como da formação pessoal desses professores, para que possam acompanhar as mudanças rápidas e contínuas da educação (SILVA et al., 2015).

A ênfase que tem sido dada à educação permanente promove positivamente a formação continuada, levando os profissionais docentes a uma busca crescente de formação em trabalho, no âmbito da investigação e produção científica. De acordo com Ribeiro, (2011, p. 227):

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados a formação a profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Dessa forma, compreende-se que a formação do docente não termina com a graduação, mas deverá ser parte de toda a sua vida profissional, em busca constante de formação acadêmica. O docente estar atento com as mudanças

educacionais e tecnológicas, pois estas terão impacto sobre a sua prática pedagógica (SALLES, 2013).

Para discutir o papel e a importância da reflexão nesse contexto, Farias, (2013) aponta que: “[...] analisar os diferentes fenômenos na formação contínua de adultos, é percorrer sempre, através da reflexão, zonas híbridas entre o campo das práticas educativas e sociais e o campo da construção científica” (p. 19).

Entende-se, assim, que a formação contínua deve ser plenamente diversificada, de forma a promover a complementação e a atualização de conhecimentos, habilidades e competências profissionais. É importante que conduza e estimule o profissional à prática reflexiva constante de autoaprendizagem (SARTORI et al., 2017).

O aperfeiçoamento dos professores tem finalidades individuais óbvias, mas também tem utilidade social. A formação contínua tem como finalidade última o aperfeiçoamento pessoal e social de cada professor, numa perspectiva de educação permanente. Mas tal aperfeiçoamento tem um efeito positivo no sistema escolar se se traduzir na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças. É este efeito positivo que explica as preocupações recentes do mundo ocidental com a formação contínua de professores (FARIAS, 2013, p. 23).

Dessa forma, a formação do professor para o ensino EaD, o capacita para o uso das tecnologias digitais na escola, na modalidade a distância ou presencial, pois, além de criar impacto na produção do conhecimento, qualifica o profissional para a promoção de práticas pedagógicas emergentes (SILVA; CARVALHO, 2021).

5. A PROPAGAÇÃO DO EaD EM TEMPOS DE PANDEMIA

5.1. PANDEMIA DO COVID-19

O COVID-19 trata-se de uma patologia provocada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, tendo sua primeira identificação sido realizada na China, em dezembro de 2019, mas foi em janeiro de 2020, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarou como uma Emergência de Saúde Pública e em 11 de março de 2020, como sendo uma pandemia (OLIVEIRA et al., 2020).

No Brasil, o Ministério da Saúde (MS) atuou imediatamente, a partir da detecção dos rumores sobre a doença emergente. Houve mobilização de vários setores do governo e diversas ações foram implementadas, incluindo a elaboração de um plano de contingência. Em 3 de fevereiro de 2020, a infecção humana pelo novo coronavírus foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) (SILVA et al., 2020).

A orientação do MS para a população tem sido clara, desde o princípio, no sentido de reforçar a importância das medidas de prevenção da transmissão do coronavírus, que incluem:

(i) a lavagem das mãos com água e sabão ou sua higienização com álcool em gel; (ii) a “etiqueta respiratória”, que consiste em cobrir o nariz e a boca ao espirrar ou tossir; (iii) o distanciamento social; (iv) o não compartilhamento de objetos de uso pessoal, como copos e talheres; e (v) o hábito de se manter a ventilação nos ambientes. A partir de abril de 2020, o MS passou a orientar a população para o uso de máscaras de pano, para atuarem como barreira à propagação do SARS-CoV-2 (OLIVEIRA et al., 2020, p.2)

O Covid-19 possui sua transmissão de pessoa para pessoa por meio de pequenas gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando uma pessoa com Covid-19, tosse ou espirra. Essas gotículas se espalham em objetos ou superfícies ao redor da pessoa infectada, contaminando outras pessoas que tiveram contato com essas superfícies ou objetos, e tocaram nos seus olhos, nariz e boca posteriormente (TOZATO et al., 2021).

O Coronavírus 2019 n-CoV é uma família de vírus que podem causar infecções respiratórias e as medidas adotadas pela Vigilância à Saúde do Brasil e outros órgãos como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tomam como

base as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) (TORRES et al., 2020).

O SARS CoV-19 se caracteriza como um agente causador de um quadro clínico de pneumonia, caracterizado como uma pandemia que o seu curso clínico é capaz de provocar complicações ou agravamento para estágios graves. Esse vírus possui uma taxa de transmissibilidade extremamente alta, acarretando síndrome respiratória aguda onde em 80% dos indivíduos acometidos desenvolvem a forma leve e em 5 a 10% desenvolve a forma mais grave da doença, desenvolvendo a insuficiência respiratória, com taxa de letalidade que varia de acordo com a faixa etária e condições clínicas associadas (GATTINONI et al., 2020).

A obesidade é o principal fator de risco para a evolução do quadro clínico da doença para um estágio de gravidade. Não existe terapêutica de controle direto ao vírus com evidências de melhora de desfecho dos casos. Com isso, os tratamentos utilizados tratam a reação do organismo à presença do vírus (GATTINONI et al., 2020).

As estratégias de controle do Coronavírus devem ser feitas de modo a veicular informações completas, concretas, baseadas em recomendações por autoridades sanitárias, bem como implementar estas orientações (OLIVEIRA et al., 2020).

De acordo com a OMS, 2020:

Caso exista contato de qualquer natureza com casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus implementar precauções adicionais para gotículas e contato. Já em procedimentos geradores de aerossol, como em aspiração ou intubação traqueal, ventilação invasiva e não invasiva, indução de escarro e coletas de amostras nasotraqueais, é utilizada precaução para aerossol, com uso adicional da máscara N95 ou PFF2, de preferência em local com isolamento respiratório ou quarto com portas fechadas, ar condicionado desligado e janelas abertas, com número restrito de profissionais, adequadamente equipados.

De acordo com Aquino et al. (2020) O ainda escasso conhecimento sobre os modos de transmissão, e a inexistência de vacinas e alternativas terapêuticas específicas, tem levado gestores públicos a adotar medidas de saúde pública não farmacológicas, como o distanciamento social visando a redução do ritmo de expansão do vírus, e também com intuito de evitar o esgotamento dos sistemas de saúde, bem como mortes.

A maioria dos países adotaram diversas medidas para frear a transmissão do vírus e reduzir o número de contaminados, segundo Aquino et al. (2020, p.2) Tais medidas incluem:

O isolamento de casos; o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, com o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa, até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde.

Uma das medidas de distanciamento social do governo brasileiro foi a suspensão das atividades presenciais de escolas e universidades por tempo indeterminado. Todos os estados e o distrito federal contaram com suspensão parcial ou total das atividades escolares, afetando assim milhões de alunos e professores (COSTA; SANTOS; WASCONCELLOS, 2021).

5.2. O ENSINO EaD NA PANDEMIA

Após a suspensão das atividades presenciais causada pela pandemia de Covid-19 em todo o mundo, alunos e professores precisaram migrar para o meio virtual. “Ferramentas virtuais que antes eram utilizadas apenas como suporte no processo de aprendizado se tornaram da noite pro dia peças essenciais para a manutenção do ensino” (COSTA; SANTOS; WASCONCELLOS, 2021).

De acordo com Moreira et. al (2020, p.352):

Os professores se transformaram em youtubers gravando vídeoaulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o Google Hangout ou o Zoom e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou o Google Classroom. No entanto, na maioria dos casos, estas tecnologias foram e estão sendo utilizadas numa perspectiva meramente instrumental, reduzindo as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo.

Nesse mesmo sentido, Joye et. al (2020, p.15) afirmam que:

As tecnologias proporcionam vantagens significativas para o processo de ensino e aprendizagem, mas é necessário que o professor tenha conhecimento e habilidades necessárias para manusear tais recursos. E com o início inesperado do distanciamento social, muitos docentes não

receberam a formação técnica necessária para a utilização de ferramentas tecnológicas no ensino remoto emergencial.

Em tempos pré-pandemia essa dificuldade de formação docente nessa área ocorria em virtude de “as tecnologias digitais carecem de uma quase permanente formação, porque nessa área, a inovação acontece a todo o momento, o que por vezes proporciona mudanças significativas nas práticas dos professores (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020, p.355).

Entretanto, é fundamental enfatizar que o ensino remoto emergencial diverge do ensino à distância (EaD) e da educação on-line. Apesar dos últimos dois termos serem amplamente difundidos como sinônimos, a educação a distância engloba mais do que as ferramentas digitais e sistemas on-line, como também outros sistemas de transmissão e até materiais impressos (ARRUDA, 2020).

O conceito de EaD é a mediação de conhecimento (de forma síncrona e/ou assíncrona) em espaços e tempos distintos, com ou sem uso de artefatos digitais. E o “termo “a distância” explicita sua principal característica: a separação física do professor e do aluno em termos espaciais, não excluindo, contudo, o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com o professor, a partir do uso dos meios tecnológicos (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p.7).

Já no ensino EAD que ocorreu de modo emergencial na pandemia utiliza-se de ferramentas do ensino a distância para ministrar aulas que em situações comuns seriam ministradas de forma presencial, mas por questões atípicas precisam ser aplicadas de forma remota (MOHMMED et al., 2020). Segundo Joye et al. (2020, p.13) “O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um novo modelo educacional, mas fornecer acesso temporário aos conteúdos e apoios educacionais de uma maneira a minimizar os efeitos do isolamento social nesse processo”.

De acordo com Arruda (2020, p.266):

Pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, como a transmissão em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de lives. Tal transmissão permitiria a colaboração e participação de todos de forma simultânea, mas pode envolver a gravação das atividades para serem acompanhadas por alunos sem condições de assistir aos materiais naquele momento. Ela também pode envolver mais iniciativas da EaD, implementando ferramentas assíncronas (que funcionam de forma não instantânea, como fóruns de discussão) e melhor estruturação de materiais. Pode também envolver a transmissão de conteúdos por TV, rádio ou canal digital estatal, de forma mais massiva e emergencial.

Moreira; Henriques; Barros, (2020) apontam ainda que:

As sessões síncronas se assemelham às aulas expositivas e são úteis para desenvolver atividades que necessitem de feedback imediato, para promover a participação ativa estudantes ou para avaliar a aquisição dos conhecimentos, além de reduzir um pouco a distância entre professor e aluno.

Nesse momento de crise sanitária, pode-se aferir que a educação remota é um princípio importante para manter o vínculo entre estudantes, professores e demais profissionais da Educação. Já que o prolongamento da pandemia e conseqüentemente o afastamento por muitos meses de estudantes dos espaços escolares (físicos e virtuais) compromete a qualidade da educação e o desenvolvimento dos educandos (ARRUDA, 2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, observa-se que o ensino a distância está diretamente atrelado à importância do desenvolvimento das tecnologias da informação, onde deve-se levar em consideração que a estas são a ferramenta principal para a EaD, pois permitem um aparato didático para pesquisas e interação entre os professores alunos e tutores, ao ponto de eles perderem o medo que tem de sanar as dúvidas em uma modalidade presencial, a partir das opções disponibilizadas pela plataforma do curso e assim, as dúvidas que surgem são sempre solucionadas.

A Educação a Distância como ferramenta da educação, promove benefícios que são capazes de existir, permitir ao indivíduo estudar no momento e hora que possam se adequar ao tempo do aluno, havendo uma facilidade mais rápida de absorção dos conteúdos pois a informação chega ao aluno com mais agilidade, e ainda dá o direito daqueles que já estão fora de sala de alguns por alguns anos e tem a necessidade de trabalhar, estudar de modo que se conciliem essas duas atividades em seu tempo disponível.

Assim, foi possível concluir que o ensino EaD durante a pandemia do Covid-19 proporcionou a continuação do conhecimento para milhões de estudantes em todo o mundo, auxiliando professores durante o período de distanciamento social, tornando o EaD centro de debates sobre a sua importância. É fundamental que se promova a qualificação dos profissionais que atuam nessa área, visando garantir a qualidade e segurança em seus processos de avaliação, formando discentes qualificados.

REFERÊNCIAS

- ABREU-NETO, JT; PORDEUS, MP; SILVA, CHG. Educação a distância no ensino superior: um paradigma de ensino na contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 3, p. 97-109, 2021.
- ABREU, RMA; VIEIRA, CMS. Educação a distância: uma reflexão sobre a relação professor-tutor e estudante no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Intersaberes**, v. 11, n. 23, p. 284–303, 29 ago. 2016.
- ALMEIDA, DA. **TIC e educação no Brasil**: breve histórico e possibilidades atuais de apropriação. *Pró-Discente*, v. 15, n.2, 2009.
- AQUINO, EML et al. **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil**. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2020.
- ARAÚJO, MS. EaD em tela: docência, ensino e ferramentas digitais. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 735-741, 2014.
- ARRUDA, EP. **EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL**: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede - Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.
- BEHAR, PA. **Recomendação pedagógica em educação a distância**. Penso Editora, 2018.
- BERNINI, DSD. **A Contribuição das ferramentas de educação a distância no ensino interdisciplinar**. 2010.
- BISSOLOTTI, K; NOGUEIRA, HG; PEREIRA, ATC. **Potencialidades das mídias sociais e da gamificação na educação a distância**. *RENTE*, v. 12, n. 2, 2014.
- BOKUMS, RM; MAIA, JF. **Educação a Distância (EaD) no Brasil**: uma reflexão a respeito da inclusão social. *Diálogo*, n. 38, p. 99-111, 2018.
- BONFIM, CRS. A Educação a distância: História, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p.166–181, ago. 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CHAVES, OCE. Tecnologia na educação ensino a distância e aprendizagem mediada pela tecnologia: Conceituação Básica. **Revista de educação – PUC-Campinas**, v. 3, n.7, p. 29-43, novembro 1999.
- COSTA, ICS; SANTOS, IP; WASCONCELLOS, MBO. Estratégias para flexibilização do distanciamento social durante o enfrentamento da Covid-19 na Bahia, 2020. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 45, n. Especial_1, p. 168-186, 2021.
- DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento**: os desafios da educação. 2001.

FARIAS, SC. Os benefícios das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de educação a distância (EAD). **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, p. 15-29, 2013.

FERNANDES, WS et al. Educação a distância: principais aspectos positivos e negativos. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**. out-dez, v. 8, n. 4, p. 41-47, 2018.

GATTINONI, L. et al. **COVID-19 pneumonia**: different respiratory treatments for different phenotypes? *Intensive Care Medicine*, v. 46, n. 6, p. 1099–1102, 2020.

GOMES, SGS. **Tópicos em Educação a Distância**: Evolução histórica da EAD. 2011.

GROSSI, MG; KOBAYASHI, RM. A construção de um ambiente virtual de aprendizagem para educação a distância: uma estratégia educativa em serviço. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 47, p. 756-760, 2013.

JOYE, CR.; MOREIRA, MM.; ROCHA, SSD. **Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial**: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e521974299, 24 de maio de 2020.

KENSKI, VM. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 6ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

LDB. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 20 de dez. de 2006.

MILL, DRS; FIDALGO, F. **O uso dos tempos e espaços do trabalhador da educação a distância Virtual**: Produção e reprodução no trabalho da idade média, *Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [32]*: 285 - 318, janeiro/abril 2009.

MOHMMED, A. O. et al. **Emergency remote teaching during Coronavirus pandemic**: the current trend and future directive at Middle East College Oman. *Innovative Infrastructure Solutions*, v. 5, n. 3, p. 72, dez. 2020.

MORAN, JM. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papirus Editora, 2000.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Revista Dialogia**, n. 34, p. 14, 2020.

OLIVEIRA, ES et al. **A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19**. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 52860-52867, 2020.

OLIVEIRA, WK et al. **Como o Brasil pode deter a COVID-19?** *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, p. e2020044, 2020.

OMS. **Prevenção e controle de infecções (PCI) causadas pelo novo coronavírus (COVID-19)**. Organização Mundial da Saúde. 2020.

PIRES, CS; ARSAND, DR. Análise da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância (EaD). **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 182-198, 2017.

RIBEIRO, CF. Educação a distância. **Revista Científica da Ajes**, v. 2, n. 5, 2011.

SALLES, CMC. **Aprendizagem significativa e as novas tecnologias na educação a distância**. Tese de Doutorado. Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento. 2013.

SARTORI, DVB et al. Estudo analítico de publicações sobre EaD na educação especial como ferramenta pedagógica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 862-883, 2017.

SECRETÁRIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico Especial - COE COVID 19**. 26 abr. 2020.

SEGENREICH, SCD. ProUni e UAB como estratégias de EaD na expansão do Ensino Superior. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009.

SILVA, ACR et al. **Covid-19, o novo coronavírus: um alerta emergencial para as principais estratégias de prevenção da saúde pública**. Scire Salutis, v. 10, n. 2, p. 26-34, 2020.

SILVA, AF; CARVALHO, LOF. Educação à distância como desdobramento da evolução da sociedade moderna. **REEDUC - Revista de Estudos em Educação** (2675-4681), v. 7, n. 1, p. 8-19, 2021.

SILVA, AN et al. **Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 1099-1107, 2015.

SILVA, CMS et al. **Evidências científicas sobre fisioterapia e funcionalidade em pacientes com COVID-19 adulto e pediátrico**. Journal Hum Growth Dev, v. 30, n. 1, p. 148-55, 2020.

SILVA, CG; FIGUEIREDO, VF. Ambiente virtual de aprendizagem: comunicação, interação e afetividade na EAD. **Revista Aprendizagem em EAD**, v. 1, n. 1, 2012.

TORRES, DC et al. **Guia de orientações fisioterapêuticas na assistência ao paciente pós COVID-19**. ASSOBRAFIR Ciência, v. 11, n. 1, p. 121-131, 2020.

TORRES, PL. **Gerações de EAD no Brasil e as TICS**, 2016. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1537/3/Gera%C3%A7%C3%B5es%20da%20EaD%20no%20Brasil%20e%20as%20TICS.pdf> Acesso em julho de 2021

VIEIRA, ES; LEAL, DA. **A Educação e o ensino EAD: reflexões sobre a prática pedagógica na Pós Modernidade**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, p. 10321-10328, 2021.